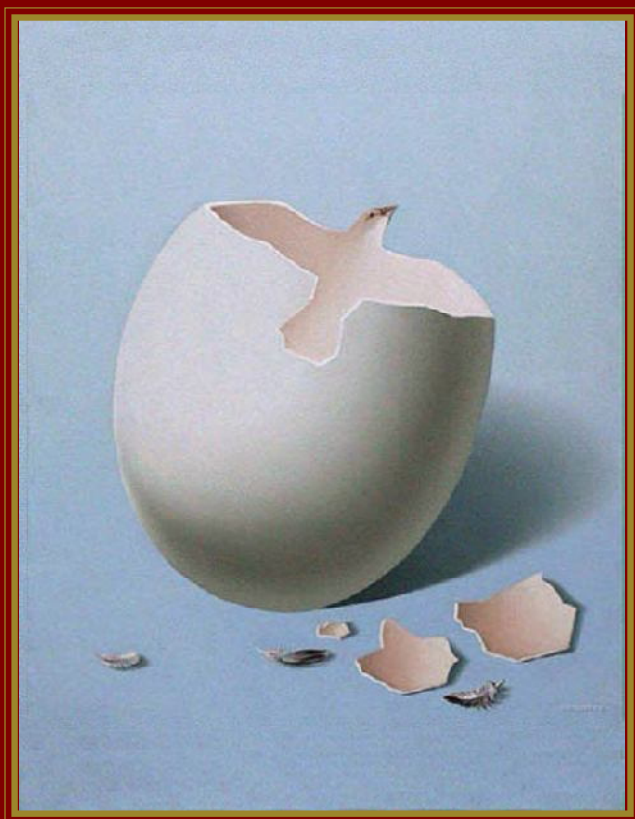


MEMORIAL

1999



<https://issuu.com/ebook.br/docs/1memorial>

e-book.br

EDITORA UNIVERSITÁRIA
DO LIVRO DIGITAL

O texto deste *Memorial* foi apresentado à banca examinadora do concurso público para Professor Titular de Literatura Portuguesa da Universidade Federal da Bahia, realizado em outubro de 1999.

Ao publicá-lo agora, vinte anos depois, em forma de livro eletrônico, o objetivo é deixar registrados os fatos e episódios vividos pelo autor ao longo da sua vida acadêmica.

Outras atividades correlatas, como o jornalismo e as artes, também ganham relevo, como elemento decisivo na formação intelectual.

Cid Seixas

MEMORIAL
1999

e-book.br

EDITORA UNIVERSITÁRIA
DO LIVRO DIGITAL



Coleção Teal
Volume 7

CONSELHO EDITORIAL:

Alana Al Fahl (UEFS)

Cid Seixas (UFBA/UEFS)

Flávia Aninger Rocha (UEFS)

Gildecide Oliveira Leite (UNEB)

Moanna Souza Brito (UFBA)

Tipologia: Amer Type Md BT, 15.

Formato: 12 x 20 cm.

Número de páginas: 148.

<https://issuu.com/ebook.br/docs/1memorial>

Copyright 2019

SUMÁRIO

Ao Leitor,

Página 7

I / Umbral da Memória,

Página 11

II / Do Jornalismo às Letras,

Página 23

III / Na República das Letras,

Página 47

IV / O Apelo da Vida lá Fora,

Página 79

V / As Voltas do Tempo,

Página 103

VI / O Ensino e a Pesquisa,

Página 115

VII / Os Limites da Memória,

Página 137

A **E-Book.Br** não segue, fixamente, as normas da ABNT, a exemplo dos textos de citações que são feitos nos nossos livros pelo *modo clássico*, isto é, entre aspas. O não uso de aspas pode fazer uma citação em texto eletrônico, ou em hipertexto, parecer plágio, em decorrência da perda de formatação de margens e espaços.

AO LETTOR

O texto deste Memorial foi apresentado à banca examinadora do concurso público para Professor Titular de Literatura Portuguesa da Universidade Federal da Bahia, realizado em outubro de 1999. Ao publicá-lo agora, vinte anos depois, em forma de livro eletrônico, os complementos a seguir enunciados são juntados às informações nele contidas.

Constituindo o segundo volume, o apêndice traz pequenos escritos de nossa autoria, enquanto os anexos são constituídos por referências e

opiniões de Jorge Amado, Ariel Krivochein Marques, Antonio Houaiss, Mário da Silva Brito, Francisco Ferreira de Lima, Ívia Alves, Gerana Damulakis, Rubens Alves Pereira, Elvya Ribeiro Pereira e Ana Tércia Campos.

O livro *Desatino romântico e consciência crítica*. Uma leitura de *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco, publicado em edições impressa e eletrônica, deve ser visto como complemento, uma vez que resulta da conferência proferida durante o concurso.

Embora eu considere o texto da conferência adequado aos fins propostos, ele foi severamente criticado pela banca examinadora, por não conter às constantes citações e referências que podem tornar os textos acadêmicos demasiadamente redundantes. Achando desnecessária essa costumeira ostentação de saberes,

centrei a exposição em um conjunto de observações, tanto quanto possível, pessoais sobre a obra escolhida.

Coincidentemente, em um concurso realizado na mesma época, a filóloga Ângela Tonelli Vaz Leão, como membro de uma banca examinadora, expôs a conveniência dos trabalhos destinados à ascensão ao topo da carreira universitária dispensarem as muletas terceirizadas, em favor do ponto de vista do próprio docente. Foi precisamente o caminho que eu havia escolhido.

Gostaria, por fim, de sugerir a quem ler estas linhas conceder um pouco de tempo ao pequeno livro que dá conta da conferência. A edição eletrônica, mais fácil de ser encontrada que a impressa, pode ser acessada no endereço linguagens.ufba.br/pdf/camilo.pdf.

Os fatos não são importantes quando acontecem. São importantes depois. São importantes na memória, que possivelmente os deforma, lustra, perde, recupera.

Jorge Luis Borges

UMBRAL DA MEMÓRIA

Começo este Memorial me apropriando de uma constatação de Jorge Luis Borges, para quem os fatos ganham maior importância pelo trabalho de deformação, polimento, perda e recuperação, empreendido pela memória.

Sabendo o quanto involuntariamente o sujeito deforma os fatos e reescreve o texto do acontecido para se adequar ao sonho infantil do herói que habita o ego, procuro fazer um esforço para recuperar, com a (im) possível objetividade, os prin-

cipais fatos de uma carreira universitária e algumas passagens da vida intelectual ligadas a esta atividade acadêmica na área das Letras.

Na verdade, quando jovem, não pensava em fazer da Universidade o centro da relação com o mundo e com as pessoas. A busca do encontro com o Outro determinou a primeira profissão. Antes de fazer dezoito anos, comecei a trabalhar como auxiliar de reportagem numa emissora de rádio. Em seguida, vieram o jornal, o teatro e a televisão.

Os antigos Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand, foram a minha principal escola de comunicação, onde entrei em 1966 e saí em 1976 para me tornar professor de Literatura Portuguesa da UFBA. Quando fiz vestibular para Jornalismo, em 1968, já era repórter do *Diário de Notícias* e assina-

va uma coluna diária no *Estado da Bahia*. Passei pela reportagem geral, fui *copy desk* e editor, mas as atividades artísticas e literárias constituíam um forte apelo. Assim, desde os tempos de repórter, fui destacado para a cobertura do setor cultural, incluindo aí a Universidade.

Ainda me vejo, quase menino, percorrendo os corredores do subsolo da Reitoria, onde ficava o gabinete do Professor Fernando Fonseca, dirigente do setor de cultura e divulgação da UFBA.

Um pouco antes dos Associados, porém, aprendiz de repórter na rádio Cultura, ficou na memória a primeira reportagem. Em plenas peripécias do regime militar, deram-me um velho gravador portátil para que eu registrasse os acontecimentos políticos desenrolados no Palácio Rio Branco, sede do Governo do Estado.

De paletó e gravata, compenetrado da minha inocente importância juvenil, driblei a assessoria do poder e fui dar por mim no amplo gabinete onde o governador Lomanto Júnior despachava. Gravador em punho, dirigi-me ao mandatário que, surpreendido pelo colegial fantasiado de repórter, respondeu às minhas perguntas com a santa paciência de um professor de meninos bobos.

Voltei para a rádio e informei que tinha alguns minutos de gravação com Lomanto. O chefe de reportagem, que não esperava nada do “foca” imberbe, tentou ouvir a fita embolada do gravador, quase imprestável, e teve que salvar alguns trechos para que fossem ao ar. Comecei por onde os outros terminam, conforme as palavras emblemáticas do padre Florisvaldo, em Maragogipe, censurando minha afoiteza de

coroinha ao tentar ajudar (ou melhor, atrapalhar) a missa, sem saber uma só palavra de latim.

Acredito que o trabalho mais significativo que fiz no velho *Diário de Notícias* foi o *Jornal de Cultura*, um suplemento do qual fui o criador e editor de 1973 a 1975. Nessa época, os Diários e Emissoras Associados perderam a condição de uma das maiores redes de comunicação do mundo e o suplemento não se manteve quando o castelo caiu. Dez anos depois da imposição do regime militar, a Globo consolidaria as *relações perigosas* entre imprensa e poder, liquidando a concorrência.

Graças à atividade de jornal, publiquei meu primeiro livro de versos mancos, sem ter que pagar a edição, como faziam os candidatos a poeta. Em 1969, a Cimape Editora, que iniciava uma coleção de autores

baianos, lançou o meu *Temporário*, confiada na divulgação que o livro obteria.

Embora marcado pelas imperfeições comuns aos iniciantes de talento mediano, Jorge Amado saudou o aparecimento de *Temporário* em sessão da Academia Brasileira e o romancista português Ferreira de Castro, com evidente boa vontade, escreveu: “Encontrei-me com um poeta fino, sutil e muito sugestivo; a sua ironia, quando ocorre passar sobre os temas, é rítmica e leve como a brisa.”

Desde 1968, o calouro do curso de jornalismo da antiga Faculdade de Filosofia e Ciências praticava atentados contra as letras. Enchia cadernos manuscritos, ou livrinhos datilografados e encadernados, com farta versalhada. De modo semelhante a muitos pretensos poetas, cheio

de ideias, rascunhos e sonhos, frequentei, informalmente, a Oficina de Criação Literária de Judith Grossmann.

Professora de Teoria da Literatura no Curso de Letras, inovadora, pioneira na criação de uma oficina de palavras, Judith instalou seu gabinete num “aquário” do primeiro andar do prédio velho da Faculdade. Com resignada paciência, a Mestre exemplar contemplava nossa arrogante e divertida mediocridade.

Formado por uma divisória de compensado e vidro, em forma de L, no canto da parede onde um cavalo marinho empalhado compunha a irônica atmosfera de um aquário; o pequeno gabinete da grande Mestre acolhia estudantes, professores, romancistas, poetas estaduais, municipais, paroquiais – e toda uma fauna jovial, ou melhor, uma flora, em bus-

ca de orientação e estímulo para desabrochar.

No meu primeiro livro, dediquei a Judith Grossmann um pequeno poema de três dísticos:

*Assaltei castelos e feudos,
também burgos e aldeias.*

*Reuni o ouro e depois comprei
minha frota de cavalos-marinhos.*

*Mandei pedaços de mim
por oceanos e mares.¹*

Abaixo do título aparecia a dedicatória: “A Judith Grossmann, com seu cavalo marinho emparedado.”

As lições da Mestra foram lembradas num outro poema, chamado

1. SEIXAS, Cid: Doação (nº 1), in *Temporário*. Salvador, Cimaape, 1969, p. 82.

“Oficina mágica”, escrito no início dos anos setenta e somente publicado no final da década no livro *Fonte das pedras*. Judith Grossmann, com sua visão crítica, propiciou-me o primeiro encontro com a área das letras. Ajudou a todos nós a compreender o poema como resultado de um trabalho apurado e consciente sobre aquilo que brotou de modo espontâneo e que, nem sempre, era poema ainda.

Seguindo as teias do destino, anos depois, ao prestar concurso para Professor de Literatura Portuguesa, ela integrava a banca examinadora, ao lado de dois outros titulares ilustres, fundadores do nosso Instituto de Letras: Doutor Hélio Simões e Dona Gina Magnavita.

Se na verdade, quando jovem, eu não pensava em fazer da Universidade o centro da minha relação com

o mundo e com as pessoas, as andanças – pelos caminhos do jornal, da televisão, do teatro e, depois, do livro – me trouxeram para esta Casa de Letras.

Ou, talvez, sem que eu soubesse, todos os caminhos por onde andei davam neste mesmo lugar. Minha mãe é professora. Minha avó materna também. Minhas tias, minhas irmãs e minhas primas são professoras. Meu pai fundou com tio Gerson, casado com sua irmã mais moça, o ginásio onde estudei, em Maragogipe, a cidade da infância.

Aprendi as primeiras palavras num livro de figuras e letras que minha mãe inventou. Com ela, descobri que ensinar é uma forma de amar. Às vezes tranquila e doce. Às vezes amarga.

* * *

A propósito das andanças pelos caminhos que conduziram às letras, evoco fragmentos de “Eros e Psique”, de Fernando Pessoa. Eles dizem melhor do que um possível relato – porque todos os caminhos por onde andei davam neste mesmo lugar:

*Conta a lenda que dormia
Uma Princesa encantada
A quem só despertaria
Um Infante, que viria
De além do muro da estrada.*

*Ele tinha que, tentado,
Vencer o mal e o bem,
Antes que, já liberto,
Deixasse o caminho errado
Por o que a Princesa vem.*

...

Mas cada um cumpre o destino –

*Ela dormindo encantada,
Ele buscando-a sem tino
Pelo processo divino
Que faz existir a estrada.*

...

*Ainda tonto do que houvera,
À cabeça, em maresia,
Ergue a mão, encontra hera,
E vê que ele mesmo era
A Princesa que dormia.²*

2. PESSOA, Fernando: Eros e Psique, in *Cançãoeiro*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1976, p. 232-233.

DO JORNALISMO ÀS LETRAS

Se em 1968 fiz vestibular e fui estudar jornalismo, o ano de 1972 reuniu acontecimentos importantes e decisivos na minha vida intelectual. Iniciei o curso de Letras na Universidade Católica do Salvador e publiquei o segundo livro, também de poesia, ou melhor, de versos: *Paralelo entre homem e rio / Fluvialrio*. Como o registro é uma forma de reconhecimento, convém dizer que esse livro foi publicado por iniciativa do professor e jornalista Junot

Silveira, então diretor da Imprensa Oficial da Bahia.

Ao contrário do primeiro, marcado pela emoção e pelo discurso despojado, quase desleixado, esse livro deixava transparecer a preocupação formal e a influência de João Cabral de Melo Neto, pedra de toque de quase todos os escritores da minha geração.

Tal influência transformou os novos poetas em cultores da estrutura. No meu caso, penso que o resultado foi uma escrita um tanto emperrada, como se pode depreender das referências aqui registradas.

A propósito do novo livro, *Paralelo entre homem e rio / Fluvial*, Cassiano Ricardo, depois de registrar que o autor “já demonstra uma atitude construtiva e consciente do que vem a ser o moderno ofício do poeta”, chamou atenção para o

fato da estrutura necessitar de um “laivo de lirismo para que a forma não se transforme em fôrma.” De modo generoso, para não podar as asas vacilantes de um aprendiz de xexéu¹, o mestre de muitas gerações apontava os riscos da minha aventura estruturalista, onde a busca do engenho formal não deixava espaço para a emoção. Um poema escrito na época, e publicado anos depois, serve como exemplo da dificuldade de equacionar efusão lírica e disciplina de expressão. Em casos como este, como sói acontecer, apela-se para o

1 O xexéu, também conhecido como japim, é um pássaro de canto pouco original e pouco apreciado. O crítico baiano Eugênio Gomes escreveu um texto sobre Manuel Bandeira, onde o grande lírico brasileiro era chamado de poeta xexéu.

panfleto ou para o manifesto de uma
estética radical:

*Vamos, de cimento armado (s)
outro verso construir:
sólido e funcional.*

*Juntemos bem
todo instrumento
martelo enxada pa
lavras,
sempre evitando f(r)estas
con
junções de concreto.*

*Abaixo as construções
de fragilidade rosa flor,
pálidos suspiros de marfim.*

Daí, o que vejo como crítica sutil
e educada, feita por Carlos Drum-
mond de Andrade, ao ressaltar os

pontos considerados positivos do livro, em carta datada de 1972:

“As variações poéticas em torno do homem e do rio me interessaram na medida em que traduzem a identificação do autor com o meio físico. Creio que este tipo de poesia, uma vez tratado com expressão pessoal e viva, contribuirá para uma definição cultural mais nítida do país.”

Se, por um lado, o livro buscava um compromisso telúrico, regional, por outro, o fascínio estrutural abafava a voz do sujeito ou a “expressão pessoal e viva”, segundo a oração intercalada restritiva em que Drummond estaria convertendo o possível elogio numa análise crítica perspicaz e necessária.

Às vésperas do lançamento, em resposta ao exemplar que lhe enviei junto ao convite, Jorge Amado escreveu uma carta com palavras ditadas pelas boas normas da convivência social. Sua generosidade é conhecida por todos. Não esqueçamos que a vida literária repete essas etiquetas, reservando palavras adocicadas aos convivas que não tiveram assento no banquete de Platão.

Mas, na minha inquietude juvenil e na condição de calouro alegre do curso de Letras, passei a interpretar as gentilezas protocolares como um passaporte para o mundo literário. Pensava que os elogios de estímulo fizessem de alguém escritor.

Bons tempos de inocência... Tentando resgatá-los, transcrevo a carta de Jorge Amado:

“Caro Cid,

*Eu pensava estar presente ao lançamento de **Fluviário**, pois tinha decidido demorar-me em Salvador até quarta pela manhã. Hoje, porém, resolvi voltar ao local onde estou trabalhando, dado à impossibilidade de fazê-lo em casa. Assim, pedi à minha secretária que fosse amanhã ao seu lançamento lhe levar o meu abraço e lhe pedir que autografe dois exemplares, um para João Jorge e Marinha, outro para Paloma e Pedro, pelo que desde já lhe agradeço.*

*Li os poemas de **Fluviário** e quero lhe dizer que a sua poesia adquiriu uma força de expressão que a coloca, a meu ver, na primeira linha da jovem poesia brasileira. Poesia madura, de emoção*

contida e profunda, de beleza grave e verdadeira.

Num dos poemas você fala nos rios do Recife e nos poetas daquela cidade, e daqueles rios, João (Cabral de Melo Neto, penso eu), Pena (Carlos, creio), Bandeira (Manuel). É curioso que lendo seus poemas, pensei em Carlos Pena Filho várias vezes – há um parentesco entre vocês sem que haja uma parecença.

Gosto demais de alguns poemas: todos os de “Mar Agro” e de “Pasto das Águas”, o que fala do Paraguaçu e de seu vale. Os poemas dos planos de igualdade e desigualdade mantêm a mesma admirável altura.

O seu livro só tem um defeito: o pequeno tamanho. Mas, em realidade não é defeito porque assim se mantém a unidade dos

poemas de tão fundo humanismo.

Estou, caro Cid, absolutamente encantado com os versos que dizem:

*‘Por isso não somos gordos,
nem nos damos às farturas:
O rio é um magro mar.’*

Creio que estes versos definem todo o livro – rios e homens construindo seu destino.”

O livro repercutia, graças à interferência de Jorge Amado que, a exemplo do que aconteceu com *Temporário*, fez um texto de apresentação à Academia Brasileira de Letras e mandou publicá-lo nos jornais, ampliando o que disse na carta. Voltou a explorar possíveis relações com a poesia de Carlos Pena Filho, autor de sua predileção e amizade, desaparecido jovem, em acidente. Jorge Amado preparou ainda uma lista de

escritores e críticos aos quais eu deveria enviar exemplares de *Fluviário*. Enquanto isso, a editora dos Monges Beneditinos da Bahia publicava a antologia *Breve Romanceiro do Natal*.²

Data também desse ano a classificação do meu ensaio *Capinan e a didática da poesia como pensamento dialético* para os “Prêmios Literários da Universidade Federal da Bahia”.

Premiação que não recebi nem foi outorgada a mais ninguém. Quando abriram os envelopes de identificação, eu não cumprira a exigência de anexar o atestado de matrícula, alegando ser aluno da Universidade

² OLIVEIRA, Adelmo et alii: *Breve romanceiro do natal*; apresentação de D. Timóteo Amoroso Anastácio, O.S.B. Salvador, Beneditina, 1972.

Católica, que cobrava pelo demorado fornecimento de documentos; o que me comprometeria a fazer caso o trabalho fosse classificado. A atitude foi considerada pelo professor Fernando Perez, coordenador do setor responsável pelos prêmios, motivo suficiente para anular a decisão da comissão julgadora. Não recebi o Prêmio, nem tampouco o desejado valor em dinheiro.

* * *

Os fatos aqui narrados, incluindo a publicação facilitada dos primeiros livros, bem como a generosidade e o incentivo, encheram de entusiasmo o calouro da vida.

Nos jornais e suplementos da cidade, foram publicadas minhas primeiras tentativas de ensaios e textos críticos, um deles com destaque de primeira página: “Murilo Mendes,

os 71 anos de bruxaria de um poeta católico” (*A Tarde*, Salvador, 13 mai. 72. Suplemento Dominical, p. 1), “Carlos Drummond de Andrade: Itabira é apenas uma fotografia na parede. Mas como dói” (*Diário de Notícias*, Salvador, 1º ago. 72, p. 8. Iniciava também um espaço semanal, a “Página Literária”, que seria o embrião do suplemento literário *Jornal de Cultura*), “A semana de 22 vista por Mário de Andrade nos seus 50 anos” (*Diário de Notícias*, Salvador, 8 ago. 72. “Página Literária”, p. 8), “Capinan, didática de um canto grave e profundo” (*Diário de Notícias*, Salvador, 26 set. 72, “Página Literária”, p. 8).

O texto sobre a Itabira de Drummond foi provocado por uma coincidência. O gerente do banco onde eu movimentava os frugais recursos de estudante, Sudário Martins da Cos-

ta, era itabirano, neto de Quinca Custódio (a quem Drummond evoca; “Abre, Quinca Custódio, a tua coletoria”) e sobrinho de um comerciante que empregou o poeta aos treze anos de idade. Na cronologia da vida e da obra de CDA, pode-se ler a observação: “1915. Trabalha alguns meses como caixeiro na casa comercial de Randolpho Martins da Costa, que, em retribuição de seus serviços, lhe oferece um corte casimira.”³

Sudário conservava sobre a sua mesa de trabalho um pedaço de minério de ferro do “Pico do Cauê”, símbolo da Itabira perdida para a companhia de mineração. A partir daí

3 ANDRADE, Carlos Drummond de: *Obra Completa*. Org. Afrânio Coutinho, Fortuna Crítica, Cronologia e Bibliografia de Emanuel de Moraes. Rio de Janeiro, Aguilar, 1967, p. 43.

fui conhecendo outras coisas de Itabira do Mato Dentro e entendendo certas passagens, para mim, até então incompreendidas da poesia de Drummond. Respondendo a algumas observações feitas no meu artigo, o poeta escreveu uma carta, datada de 12 de agosto de 1972, cuja trecho que aqui nos interessa contradiz o que se lê no seu texto poético. Se a devastação da antiga beleza dos montes e vales pela mineração deixou uma paisagem que o poeta não quis gravada nas suas retinas, evitando voltar à cidade; em termos objetivos, ele cede ao progresso. Vejamos a parte final da carta em que Drummond, obscurecendo sua importância pessoal para exaltar a cidade em que nasceu e viveu alguns anos, discorda do aspecto central da referida leitura:

“A página foi surpresa para mim. Como poderia imaginar que minha origem itabirana fosse repercutir na Bahia? Eu acho, Cid, que Itabira é mais importante do que qualquer pessoa nascida lá.

*Trata-se de um dos municípios brasileiros que mais produzem riqueza, pela extração de minério de ferro, gerador de divisas. Não é a minha poesia que **marca** Itabira, e sim Itabira que me **marcou**.*

De qualquer modo, sou sensível ao pensamento que inspirou sua página, focalizando generosamente o meu nome.

*O abraço amigo de
Carlos Drummond de Andrade”*

O trabalho desenvolvido na “Página Literária” do *Diário de Notícias* foi, portanto, o ponto de parti-

da do futuro suplemento. No dia 27 de maio de 1973 era iniciada a publicação de um caderno impresso em papel especial, cor de rosa, o *Jornal de Cultura*. Viveu algum tempo, menos do que todos desejavamos.

Com o agravamento da situação financeira dos jornais de Assis Chateaubriand, o suplemento foi tropeçando aos poucos. O papel especial que originou a designação “caderno rosa”, usada para identificar o nosso *Jornal de Cultura*, foi substituído pelo papel jornal comum. O último número saiu no dia 9 de março de 1975. Os outros, escritos apenas na memória das coisas findas, antes que se fizessem, ficaram na gaveta dos sonhos perdidos.

O saldo positivo foi a publicação de dezenas de autores emergentes da Bahia, ao lado de nomes como Jorge Amado, Joaquim Inojosa, Ricardo

Ramos, Érico Veríssimo (por inge-
rência do seu editor, Henrique
Bertaso, o “Jornal de Cultura” pas-
sou a contar com colaboração regu-
lar do romancista), Otto Maria Car-
peaux, Menotti del Picchia, Affonso
Romano de Sant’Anna, Raul Bopp,
Carlos Drummond de Andrade (que
publicou apenas um poema, com três
erros de responsabilidade minha e
dos revisores!), Austregésilo de
Athayde, Vitorino Nemésio, Luís da
Câmara Cascudo, Paulo Rónai,
Fausto Cunha, José Carlos Oliveira,
Antonio Callado, Pablo Neruda (com
recordações da sua visita a Salvador,
cinco anos antes, quando ficou hos-
pedado com Jorge Amado e Zélia
Gattai), Ivan Lins, Orígenes Lessa,
Ariano Suassuna, Sabato Magaldi,
Joaquim Cardozo, Cassiano Ricardo,
Ruben Stoyanov, Pablo Picasso (com
um texto autobiográfico intitulado

“Picasso, como eu o vejo”), Aires da Mata Machado Filho, José Guilherme Merquior, Henriqueta Lisboa, Alexandre Soljenitsin, Olga Savary, Murilo Mendes, Edilberto Coutinho, Pedro Nava, Vinícius de Moraes (que por alguns anos morou em Salvador, na célebre casa de Itapuã e aqui publicou um dos seus livros, *História natural de Pablo Neruda – A elegia que vem de longe*), Rubem Braga, Miguel Angel Asturias, Paulo Leminski, Roman Jakobson, Gilberto Freyre, Júlio Cortázar, Jacó Ginsburg, Walnice Galvão, Gilberto Amado, Hermes Lima, Pedro Calmon, Alcides Vilaça, José Paulo Paes, Nelly Novaes Coelho e outros.

Jorge Amado, embora tenha escrito poucas vezes no suplemento, foi um colaborador constante, sempre atendendo aos pedidos de estimular a participação de outros es-

critores de suas relações. A transcrição dessa carta, de 8 de outubro de 1975, mostra como o escritor, apesar das várias viagens e do protagonismo na cena internacional, se interessava e participava ativamente das nossas provincianas atividades culturais:

“Caro Cid,

para a página dedicada a Neruda, estou lhe enviando junto a esta os seguintes materiais:

a) Retrato de Pablo Neruda – desenho de Jenner Augusto;

b) Pablo Neruda na Bahia – desenho de Caribé;

c) Foto de Neruda na Bahia diante de um mural de Caribé;

d) Cabeça de apresentação da página – texto;

e) Poema XIX de “Aún”, de Pablo.

f) Trecho de artigo meu (o original completo é de publicação impossível aqui).

Do meu ponto de vista, é indispensável a publicação do desenho de Jenner – Retrato de Neruda – pois o mestre pintor largou tudo quanto estava fazendo para, atendendo a meu pedido, fazer o desenho. De qualquer maneira não deve haver a menor referência ao livro degradante da sra. Jurema Finochet.

Peço restituição sem falta dos desenhos de Jenner pois ele quer enviá-los à esposa de Neruda, e o de Caribé. Também a foto que é do arquivo de Zélia.

Muito grato por tudo, seu velho admirador e amigo

Jorge Amado”

Convém lembrar que a vigilância da Polícia Federal sobre os meios de comunicação, dez anos depois do golpe militar, ainda era intensa. Talvez por isso, a ressalva de Jorge Amado, no item f: “*o original completo é de publicação impossível aqui*”.

Graças à correspondência mantida com Raul Bopp, foi possível o *Jornal de Cultura* publicar fac-símiles do autor de *Cobra Norato*, bem como textos em prosa que estão da raiz de alguns dos seus poemas. Ele costumava enviar fotocópias de vários papéis e anotações, manuscritos ou datilografados, desde coisas sem grande importância até textos essenciais para a compreensão da sua obra e de uma vertente do modernismo brasileiro.

Num bilhete, datado de 31 de maio de 1974, remetendo novos textos, Raul Bopp dizia:

*“Já há algum tempo, ando com propósito de lhe escrever, agradecendo o acolhimento que você tem dado a algumas notas literárias no seu **Jornal de Cultura**.*

Mas numa vida atribulada pouco tempo sobra para essas obrigações de cortesia. Mando hoje, incluso a este bilhete, umas notas sobre a gênese de um poema amazônico.

*Si o mesmo se ajustar nalguma página do seu apreciadíssimo **Jornal de Cultura** eu ficaria muito agradecido.*

Remato estas linhas com um abraço de alta simpatia pessoal e admiração pela sua fina sensibilidade de poeta e escritor.

Como a revisão do jornal – feita à noite, por funcionários nem sempre atentos – era deficiente, erros grosseiros permeavam os textos. Um

belíssimo soneto da maturidade de Drummond foi publicado com três erros. O poeta escreveu uma carta educada, mas visivelmente contrariado pela desfiguração do poema “Amor e seu tempo” (do novo livro, *As impurezas do branco*, que estava sendo lançado, também com um erro, incluído nas provas gráficas e herdado por nós). Num trecho da carta, Drummond observa:

*“Na transcrição, com que fui distinguido, do meu «Amor e seu tempo», ocorreram três erros, um dos quais por minha culpa. Ao rever os originais do livro, deixei escapar, no 10º verso, um **outro**, em lugar de **ouro**, o que desfigura o sentido. Os outros dois correm por conta do jornal: **coruscente**, substituindo o **coruscante** do original, e um triste verso mutilado: **quem, decifrado, na-***

*da existe, que tomou o lugar de
que, decifrado, nada mais existe.
Que horror!”*

Corrigido, o soneto fica assim:

*“Amor é privilégio de maduros
Estendidos na mais estreita cama,
Que se torna a mais larga e mais relvosa,
Roçando, em cada poro, o céu do corpo.*

*É isto, amor: o ganho não previsto,
O prêmio subterrâneo e coruscante,
Leitura de relâmpago cifrado,
Que, decifrado, nada mais existe*

*Valendo a pena e o preço do terrestre,
Salvo o minuto de ouro no relógio
Minúsculo, vibrando no crepúsculo.*

*Amor é o que se aprende no limite,
Depois de se arquivar toda a ciência
Herdada, ouvida. Amor começa tarde.⁴*

4 ANDRADE, Carlos Drummond de: Amor e seu tempo. **Jornal de Cultura.**” Salvador, 6 jan 74, p. 1.

NA REPÚBLICA DAS LETRAS

Gradativamente eu entrava na República das Letras. O fato de ter decidido a carreira a ser seguida, somente depois de frequentar outros cursos, tinha uma vantagem: Eu estava um pouco mais maduro; chegava ao Instituto de Letras depois de ter lido alguns autores canônicos, essenciais à formação de qualquer leitor, e, além disso, sabia que ali era o meu lugar. Com todo desapontamento pelo fato do Curso de Letras

nem sempre se constituir como espaço intelectual onde estão as pessoas mais interessadas em Literatura, ainda valia a pena combater moínhos de ventos. A descoberta da linguística e da semiótica foi um bela surpresa e serviu para dar uma direção mais nítida aos estudos literários.

Frequentei o curso durante o período de plena ebulição do estruturalismo. Como é comum na academia, sempre que um modismo se torna moeda corrente do discurso de professores e alunos, troquei a leitura dos textos literários pelo emaranhado de discursos teóricos. Perdi. Mas ganhei também.

Procurava nas livrarias as últimas publicações da Perspectiva, ou da Vozes, essa última responsável pela reunião, em livros de largo consumo, dos principais artigos dos es-

truturalistas franceses das revistas *Communication* e *Poétique*.

Mas o fascínio pelos brilhos da Europa e da França não excluíram a Bahia. Ao tempo em que enchia os olhos com as luzes estruturais de Paris, procurava ver o que acontecia ao meu redor. Fechava-se, então, o pitoresco circuito chamado Oropa-França-Bahia.

Como acreditava, e continuo acreditando, que a literatura não é constituída apenas por figuras constelares, pelos grandes escritores – mas por toda uma tradição, por todo uma corrente formada por continuadores, diluidores etc. –, elegi como tarefa a leitura crítica de escritores regionais.

Em 1973 descobri a poesia de um velho poeta do Recôncavo baiano, Osvaldo Sá. Seu primeiro, e até então único livro, tinha sido publicado

nos anos quarenta. Idoso, ele escolheu o trabalho contínuo e solitário, confiando sua vasta produção em prosa e verso às gavetas e aos amigos com os quais se correspondia. O poeta Carlos Cunha e eu fizemos uma seleção de sonetos de Osvaldo Sá para o livro *A conspirata dos galos*, em coedição das Edições Arpoador com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia. Coube a mim a apresentação do trabalho, discutindo a poesia do velho aedo de Maragogipe.

Criamos as Edições Arpoador nesse mesmo ano. Um pouco antes, em 1972, editamos dois livros com o selo *Convergência*, depois mudado para *Arpoador*. Como não tínhamos capital para o empreendimento, projetávamos as tiragens com participação do poder público, em forma de coedição. Foi assim que alguns títu-

los movimentaram o contexto intelectual e literário baiano, num momento extremamente crítico e desolador. Minha experiência editorial havia começado em 1970, como membro do conselho da Cimape, a convite de Dímpeno Carvalho. Em 72, Cunha e eu fazíamos o mesmo trabalho junto à Editora Beneditina, então dirigida por D. Mariano Costa Rego, monge do Mosteiro de São Bento.

Nesse momento em que a vida literária baiana estava inteiramente paralisada, como consequência do regime militar, fizemos um trabalho de promoção cultural de visíveis resultados. Colaboramos com algumas editoras, criamos nosso próprio selo editorial, publicamos páginas e colunas literárias, editamos um suplemento, promovemos concursos literários, organizamos feiras de livros...

Autores que se sentiam pouco estimulados ou distantes do livro foram publicados, a exemplo de Godofredo Filho, João Carlos Teixeira Gomes, Carvalho Filho e outros. Coletâneas como *Lira de Bolso* e *Breve Romanceiro do Natal* reuniram expressivos poetas baianos.

Paralelamente a isso, as novidades do mundo universitário me empolgavam. Três artigos que publiquei em 1974 servem de exemplo: “Poética, uma subversão linguística, segundo Jakobson”, “Jenner e a linguagem universal da pintura” e “Antonio Brasileiro e o zen como procedimento estético”. No primeiro, a teoria jakobsoniana abria para mim um mundo novo; no segundo, a semiótica aproximava o estudante de literatura de um outro código, não verbal; no terceiro, a abordagem crítica de um autor baiano ia buscar

correlações na literatura zen dos Estados Unidos.

Se os meus próprios exercícios de criação literária contribuíram para que eu chegasse ao curso de Letras, este curso foi deslocando, progressivamente, o interesse do estudante para a teoria e depois para a crítica, isto é, para o trabalho de outros autores. Desse modo, as publicações de poemas foram intercaladas por publicações de artigos e ensaios. Em 1975, ano em que concluí o curso e publiquei onze títulos, fui atraído pelo contraditório modernismo baiano, mais tradicional do que moderno. O resultado foi um ensaio intitulado “Godofredo Filho: 50 anos de presença literária e do modernismo na Bahia” – que, após a morte do poeta, foi republicado, em 1992, no livrinho *Godofredo Filho, irmão poesia*.

No ano de 1976, iniciei o Mestrado na área de Língua Portuguesa, com um projeto de dialetologia visando trabalhar a expressão dos trovadores populares do Nordeste. Influenciado por Jakobson, não reconhecia o abismo imposto como fronteira entre os estudos literários e os estudos linguísticos, entendendo as questões linguísticas como pertencentes ao primeiro patamar do objeto literário.

São as formas da expressão e do conteúdo de uma língua que fornecem o material para a construção da linguagem literária correspondente.

Ocupado com novas leituras e com a elaboração de trabalhos escolares de linguística, publiquei apenas dois textos. Um de criação, na *Antologia de Poetas da Bahia em Alfabeto Braille*, o outro foi um ensaio com o qual ganhei, no ano

anterior, o prêmio Gabinete Português de Leitura, intitulado *O Bispo Negro, de Herculano: inventário estrutural da novela*.

Esse trabalho provocou a cisão da comissão julgadora, formada pelos professores Hélio Simões, Jerusa Pires Ferreira e Jayme Raposo. Jerusa adotou com entusiasmo o ensaio estruturalista, Raposo rejeitou o trejeito, Hélio Simões procurou administrar o conflito. Na época do julgamento do Prêmio, ocorreram no Gabinete as aulas de um curso de especialização ministradas por Antonio Cândido, Massaud Moisés e outros professores, entre os quais a própria Jerusa. Os alunos praticamente intimaram Cândido, navegador de outros mares, a falar sobre o movimento da moda. Jerusa, na sua disciplina de Literatura Portuguesa, fez um passeio pelas sedutoras vi-

trines e, de passagem, salpicou referências ao meu trabalho sobre Herculano; o que só vim a saber através de uma das minhas professoras da Universidade Católica, que frequentava o curso.

Na entrega do Prêmio Gabinete Português de Leitura, aproximei-me da professora Jerusa Pires Ferreira, que me recebeu efusivamente, para agradecer a referência ao meu trabalho. Foi graças a esse ensaio sobre a estrutura narrativa de Alexandre Herculano que no ano seguinte, quando eu cursava o mestrado, Jerusa me convidou para integrar o quadro de Professores Colaboradores de Literatura Portuguesa da Universidade Federal da Bahia até a abertura do concurso público para preenchimento das vagas existentes.

Nesse ano de 1976, dediquei-me ao cumprimento das tarefas do

Mestrado e às aulas de Literatura Portuguesa. Apresentei um trabalho ao XV Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas intitulado “O significa(n)do: superação da dicotomia do signo linguístico na semiótica poética” e publiquei o ensaio “A subjetividade como elemento formativo da linguagem poética”, no *Minas Gerais Suplemento Literário*; que era, na época, o mais prestigiado suplemento do país.

As preocupações estruturais se fizeram sentir no meu trabalho de criação desde 1972. Em 77, acabara de escrever um poema, ou conjunto de poemas, publicado em 1978 com o título de *O signo selvagem*. Foi a pesquisa teórica subjacente ao processo criativo do poema que forneceu material para a comunicação ao referido Congresso e para outros

artigos posteriores. O trabalho pessoal de criação continuou cedendo espaço ao trabalho acadêmico.

No mesmo ano de 78 comecei a perceber como a rigidez da euforia estruturalista obscurecia algumas questões da obra literária. Publiquei, então, no mesmo *Minas Gerais*, o ensaio “A falência do estruturalismo ou a remissão dos pecados do objeto”, republicado, dois anos depois, na revista *Veritas*, da PUC do Rio Grande do Sul.

Terminei o ano de 1979 publicando o livro *Fonte das pedras*,¹ por uma das principais editoras do país,

1 O livro saiu pela Civilização Brasileira, por iniciativa do romancista Herberto Sales; tendo o editor Ênio Silveira feito uma tiragem de quatro mil exemplares. Convenhamos que foi muita nuvem para pouca chuva!

a Civilização Brasileira, de Ênio Silveira. Nessa obra, tentei adequar melhor as preocupações formais e temáticas dos livros anteriores; tendo provocado reações diversas – e, às vezes, desanimadoras – por parte de escritores e de críticos.

Vejamos duas delas, a primeira favorável, como convém ao “sonho de qualquer subdesenvolvido”, e a segunda desfavorável, de onde copieei a expressão entre aspas.

Jorge Amado escreveu uma carta agradecendo o envio do livro e depois retomou alguns pontos em artigo publicado nos jornais. Como se trata de um documento inédito de um grande autor, transcrevo a carta:

*“Bahia, 30 de janeiro de
1980*

Querido Cid:

*Li os poemas de **Fonte das pedras** assim que recebi o exemplar que você me enviou, em dezembro – mas somente hoje consigo tempo para um agradecimento mais formal do que o telefônico de outro dia, lembra-se?*

*Você sabe que sou leitor antigo e admirador da sua poesia, já o disse de público. **Fonte das pedras**, além de levar a público de âmbito nacional a emoção de sua poesia, demonstra de forma inequívoca o amadurecimento do poeta no que se refere ao instrumento verbal de um verso tão íntimo e ao mesmo tempo tão exposto, pensado e encontrado. “Guardei minha ternura / na pálpebra mais íntima”. “Encoberto e revelado”, o poema, como escreveu você no “Bahia de To-*

dos os Santos” (e agradeço comovido cada palavra desse poema).

O signo selvagem é todo ele de grande beleza. Chego a perguntar se o Posfácio era uma exigência – os conceitos do poeta estão íntegros, evidentes, nos poemas – “imagem e semelhança”. De qualquer maneira, a explicação é válida, a recusa ao aviltamento.

Parabéns, meu caro Cid, e votos de sucesso para seu livro.

*Do velho admirador e amigo
Jorge Amado”*

Os votos de amizade do romancista não excluíram as opiniões desfavoráveis. Flávio R. Kothe publicou dois artigos, um no Rio de Janeiro e outro em São Paulo reduzindo o li-

vro a ossos de borboleta, como no inteligente e bem humorado trecho:

“Cid Seixas parece ser um desses tantos poetas que, só porque escreve algo parecido com versos, também se acha no direito de dizer besteiras. Não é um poetaastro simplesmente menospre-sível e que não saiba nada do que está fazendo, mas também não é uma grande voz no horizonte da poesia. Com boa vontade pode até ser considerado um poeta quase estadual. Seixas está mais para a espacialização de Cummings do que para a sutileza de Mallarmé. Não que ele não queira ser sutil, mas Salvador não é Paris, especialmente a Paris do sonho de qualquer subdesenvolvido.”

O livro obteve outras críticas, umas parecidas com o incentivo de

Jorge Amado, outras, com o puxão de orelhas de Kothe. Como eu julgava o Professor Flávio René Kothe um estudioso merecedor de crédito, o resultado foi o silêncio da expressão lírica; substituída, cada vez mais, pelo ensaio. Se, anteriormente, tinha aproveitado para artigos teóricos algumas ideias que resultaram no conjunto de poemas intitulado *O signo selvagem*, adotei com certo prazer a prática de entremear ao discurso acadêmico formas e conteúdos da poesia. Tentei dar aos novos artigos e ensaios uma expressão lúdica e bem cuidada, com o objetivo de realizar o impulso poético no texto teórico.

Ao lado da incerta experiência de criação literária, surgiram textos sobre literatura publicados em revistas acadêmicas como *Ciências Humanas*, da Universidade Gama Fi-

lho, *Veritas*, da PUC do Rio Grande do Sul, ou como a conceituada *Encontros com a Civilização Brasileira*. No mesmo ano de 1979 concluí o mestrado em Letras. Depois de abandonar a proposta de estudar a linguagem de cordel, julguei mais útil à minha formação empreender um estudo sobre a linguagem enquanto instrumento pragmático e *forma da expressão* do mundo e da arte.

Tive a oportunidade de ser orientado por uma das mais respeitadas estudiosas de linguística histórica, a professora Rosa Virgínia Mattos e Silva. Ela me incentivou – dando inteira liberdade de trajeto e fornecendo mapas, sextantes, astrolábios e bússolas – na viagem pelos caminhos da teoria da linguagem e da filosofia. Apresentei uma dissertação, em dois volumes, intitulada *O espe-*

lho de Narciso: Linguagem, cultura e ideologia no idealismo e no marxismo. O filólogo Antonio Houaiss, um dos examinadores, escreveu no seu parecer:

“A dissertação me merece a menção de Distinção – e mais não faço, porque o Regimento não me faculta fazê-lo.

Com isso, quero desde o início deixar patente minha admiração por várias altas qualidades manifestas na dissertação, dentre as quais realço a sequência nas ideias, a madureza do pensamento, o espectro rico de informação e erudição, o inteligente aproveitamento das fontes e bibliografia, e a elegância da exposição.”

O trabalho foi publicado dois anos depois, pela Civilização Brasileira e pelo Instituto Nacional do Livro, com apresentação de Houaiss.

Também em 1979 tive oportunidade de conhecer um dos santos da minha devoção, o filósofo Umberto Eco, que veio a São Paulo e passou uma semana na Bahia. Como tinha trocado uma ou duas cartas com ele, fui buscá-lo no aeroporto e servi de guia pelas suas idas a terreiros de candomblé e outros pontos da cidade. Eco fez uma conferência no Instituto de Letras e reservou o tempo livre para melhor explorar a cidade e seus mistérios. Nessa época ele era conhecido apenas no contexto universitário, pelos seus ensaios instigantes e polêmicos. O romancista mundialmente famoso ainda não tinha se revelado. *O nome da rosa* estava sendo pensado e escrito. Sem

se referir ao romance que preparava, Umberto Eco falou da fantástica biblioteca e de outras coisas que aparecem no livro. Na visita a um convento ou nas conversas sobre semiótica, jogava ideias que depois encontraríamos no livro.

Um fato digno de registro ocorreu com relação a Jorge Amado, que não conhecia o Professor Italiano. Eco disse que gostaria de ter um encontro com o romancista. Liguei para Jorge, falei de Umberto Eco, mas não consegui promover o encontro dos dois. Ocupado com seu novo livro, Jorge Amado ponderou que muitos estudiosos estrangeiros que nos visitam queriam ir à sua casa, o que atrapalhava o trabalho. O nome Umberto Eco nada dizia ao nosso Jorge Amado – até que um outro nome, *O Nome da rosa*, estourou no mercado.

Como gravamos a sua conferência na Bahia, pedi-lhe autorização para traduzi-la e publicá-la pela UFBA. Numa carta ele escreveu:

“Caro Cid,

scusame il ritardo con cui ti rispondo ma in questi mesi sono stato molto occupato da vari lavori arretrati.

Do ricevuto la tua tesi. Non sono ancora riuscito a leggerla con attenzione perché stavo leggendo le tesi in discussione all’Università di Bologna.

In attesa di altre notizie sulla trascrizione della mia conferenza a Bahia, accludo per intanto il curriculum che mi avevi chiesto.

Tutti noi ricordiamo con vivo piacere le nostre giornate a Sal-

vador e in particolare la tua simpatica compagna.

Um abbraccio,

Umberto Eco”

Logo que concluí o Mestrado, abriu-se o concurso público para Professor Auxiliar de Literatura Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Fui aprovado em primeiro lugar, com média 9,5, e assumi as novas funções, depois de ter atuado desde 76 como Professor Colaborador.

Uma constatação que me deixou perplexo, ao longo da experiência docente, foi o pouco interesse dos estudantes pela Literatura Portuguesa. Procurei então situar a fonte da questão, tendo verificado que, na história da nossa Universidade, raríssimos foram os momentos em que a Literatura Portuguesa obteve

a preferência dos alunos. Países como a Espanha, a Itália, a Alemanha e, especialmente os Estados Unidos ofereciam outros atrativos capazes de chamar atenção para suas literaturas; o que não acontecia com Portugal, apesar do trabalho do nosso antigo catedrático, o Professor Hélio Simões.

Em passado não longínquo, o doutor Hélio Simões trouxe para lecionar na UFBA estudiosos portugueses como Hernani Cidade, Eduardo Lourenço e Adolfo Casais Monteiro. Por outro lado, sua amizade com escritores como Aquilino Ribeiro, João Gaspar Simões, Fernando Namora e inúmeros outros assegurou uma constante presença portuguesa na Bahia.

Enquanto a concentração de estudos preferida pelos alunos dos cursos de graduação era em Litera-

tura Brasileira, Teoria da Literatura ou Literatura de Língua Inglesa, pouquíssimos escolhiam a Literatura Portuguesa como opção de estudos. Anos depois, quando passei a integrar o quadro docente da Pós-Graduação, foi criada no Mestrado a Área de Literatura Portuguesa. Com a abertura da pesquisa em nível de pós-graduação, esperávamos que o quadro se revertesse, mas a oferta foi cancelada por não haver procura.

A tendência dos estudantes de, implicitamente, atribuir um lugar secundário à Literatura Portuguesa encontrava eco e argumento formal numa proposta de Afrânio Coutinho, contestando a obrigatoriedade do seu ensino na universidade brasileira. Para o mestre Afrânio, só a reciprocidade de tratamento à Literatura Brasileira nas universidades de lá

justificaria a ênfase dada aos estudos portugueses no Brasil.

É evidente que parte dos argumentos de Afrânio Coutinho caem por terra quando precisamos fundamentar o processo de formação da Literatura Brasileira na Idade Média e no Renascimento dos nossos colonizadores. Mas a exigência de reciprocidade está fundada na sua crença na importância da nossa literatura.

Sem entrar no mérito dos debates emocionais travados na época, procurei concentrar minha atenção em autores ou momentos da Literatura de Portugal que pudessem atrair o aluno. Propus a criação de disciplinas monográficas sobre Camões, Pessoa e alguns outros autores ou conjuntos de obras.

Procurei então trabalhar num território fronteiriço de estudos te-

óricos e de Literatura Brasileira, colocando a Literatura Portuguesa como base de sustentação dos mesmos.

Foi assim que nasceu o meu interesse pela Idade Média, enquanto formadora de vertentes retomadas pelo Renascimento e largamente presentes no texto de autores brasileiros.

Enquanto isso, a Universidade Federal da Bahia lançou um livro contendo artigos em homenagem a Jorge Amado.² Convidado para integrar a coletânea, pelo então presidente da Academia de Letras da

2 TAVARES, Luis Henrique Dias et alii: *Jorge Amado. Ensaios sobre o escritor*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1983. (Participação com o poema “Bahia de Todos os Santos”, dialogando com a obra amadiana.)

Bahia, professor Cláudio Veiga, na minha costumeira displicência, não escrevi o artigo solicitado. Cobrado, às vésperas da entrega do material, só me restou uma saída: enviar um poema que o próprio homenageado gostava e já havia recomendado à sua editora, a Record, publicar no seu material de divulgação. Título do texto tapa buraco: “Bahia de Todos os Santos, guia de ruas e mistérios”, referência explícita a um dos livros amadianos.

Creio que vale a pena a sua transcrição:

*Fonte dos Onze Mistérios
do filho de Oxóssi, Amado,
eis a Cidade da Bahia,
onde Virtude e Pecado,
amantes inseparáveis,
habitam o mesmo sobrado.*

*Uma paisagem de sonho
nesta cidade se vê:
até mesmo o intangível
se torna fácil de crer;
mistério ou cristal do tempo
tecendo seu conhecer.*

*Cidade da Morenagem
do Encoberto e Revelado:
o mundo do desencanto
se completa no Encantado,
porque o falso é o verdadeiro
quando visto do outro lado.*

*Nas histórias sucedidas,
engenho e realidade
partilham o mesmo dizer:
não se sabe o que é verdade,
revestida de magia,
e o que é lenda na cidade.*

*O Encoberto e o Revelado
tecendo seu conhecer*

*onde Virtude e Pecado
partilham o mesmo dizer:
uma paisagem de sonho
nesta cidade se vê.*

Tendo interrompido o fio da memória, para inclusão do poema sobre Jorge Amado, voltemos ao ponto onde estávamos.

Fernando Pessoa me conduziu às reflexões sobre o processo de criação literária, estando na base de quase tudo que tenho escrito. Mesmo nos cursos ministrados na Pós-Graduação, onde o enfoque da linha “Documentos da Memória Cultural” privilegia a produção brasileira e baiana, procuro estabelecer elos entre o que aqui se produz e a Literatura Portuguesa.

Pessoa fornece substância para qualquer estudo da lírica moderna. A narrativa medieval, de um lado,

os prosadores do século XIX e Miguel Torga, do outro, serviram recentemente para os estudos comparados sobre o conto, em curso que ministrei no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFBA.

O trabalho como Professor de Literatura Portuguesa tem, rigorosamente, se limitado à graduação. Na Pós-Graduação, sou obrigado a me valer das disciplinas existentes para incluir nelas a presença de autores portugueses. A partir desse recurso, os resultados têm sido satisfatórios. Mas é bom lembrar que embora venha orientando dissertações de mestrado e teses de doutorado, apenas uma, na área de Teoria da Literatura, tomou como objeto a Literatura Portuguesa.

A sedução exercida sobre setores acadêmicos pela veloz aderência a cada jeito, ou gesto, do mundo da moda pode implicar a massificação do nada. Ou na banalização de tudo.

O APELO DA VIDA LÁ FORA

A atividade acadêmica não tem sido um fato isolado no meu caminho profissional, imune ao apelo da vida lá fora. Talvez menos pretensiosa, ou menos centrada em si mesma, ela vem sendo enriquecida pelos fatos e acontecimentos da cultura na qual a Universidade está inserida. A diversificação de interesses, ligados ao contexto literário, serviu para que eu não perdesse de vista os vínculos concretos entre a literatura, enquanto atividade espe-

cífica, e a cultura, enquanto conjunto de práticas sociais. Mesmo durante os anos de assepsia estruturalista, quando a busca de cientificidade neopositivista dos estudos implicava no afastamento da literatura dos fatos sociais, o conjunto de práticas outras garantiu vitalidade às leituras e abordagens.

Creio que vem daí a minha intolerância ao fetichismo das teorias labirínticas que caracterizam muitos setores dos estudos contemporâneos. Nesse espaço, o pensamento presunçosamente abrangente e mal digerido substitui a prática antropofágica da inteligência brasileira. Alguns estudiosos que, nos anos setenta, transformaram o estruturalismo num experimento onde o método anulava o objeto, trinta anos depois passaram a disputar lugar no noviciado de teóricos da cultura.

A sedução exercida sobre setores acadêmicos pela veloz aderência a cada jeito – ou gesto – do mundo da moda pode implicar a massificação do nada, ou na banalização de tudo. Como dizia o poeta pop das veredas tropicais baianas: “É só um jeito de corpo. Não precisa ninguém me acompanhar.”

Mas atrasemos a data do calendário digital para meados dos anos setenta.

Quando concluía a licenciatura em Letras, conheci o secretário de Educação e Cultura, Professor Carlos Santana, e o governador do Estado e ex-reitor da UFBA, doutor Roberto Santos, que me convidaram para dirigir o Teatro Castro Alves. Ainda jovem, na casa dos vinte e tantos anos, a escolha me deixou surpreso. Há mais de seis ou sete anos, eu tinha trocado a breve experiência de

ator e de diretor de espetáculos musicais pela literatura, mas o convite era tentador. Dirigi o Teatro Castro Alves de 1975 a 1977, do último ano de faculdade aos dois primeiros anos de docência universitária.

Muita coisa foi mudada naquela casa de espetáculos, que era conhecida como uma espécie exótica de “elefante branco”. As nossas autoridades reservavam o teatro para espetáculos de dança, concertos e grupos teatrais vindos de fora. Como os mil e seiscentos lugares do TCA eram inadequados para montagens teatrais de pequeno e médio porte, seu palco principal era frequentado por atores de novela e programas televisivos que vinham “fazer a praça” de Salvador.

Para entrar na sala de espetáculos do teatro, era adotado o uso de paletó e gravata, transformando a

plateia num desfile dos mais elegantes da cidade. Com a ilusão romântica de popularizar aquele espaço cultural, abri o Teatro Castro Alves para coisas que atraíssem um público mais diversificado. Formado por gente comum. Gente sem classe. Ou sem casta. Apenas, gente; como a que eu conhecia.

Naquela época, frequentávamos o Vila Velha, a Escola de Teatro, o Gamboa, o imenso auditório de Instituto Normal, no Barbalho, ou o Cine Teatro Nazaré. O Castro Alves era algo distante; muitos da minha geração sequer tinham pisado as suas almofadadas alcatifas.

Convém lembrar que vivíamos os tempos da ditadura militar instalada em 1964. Cada um de nós, estudantes, era mais um suspeito. E eu – no meio daquele redemoinho de homens engravatados e soldados far-

dados – vindo do interior, com costumes meio matutos, transitava apenas com a ousadia de um rapaz inexperiente.

Nada temia porque nunca fui preso nem conheci a tortura e a impotência dos humilhados. A sorte me protegia. Lembro que, anos antes, aluno do curso colegial, quando estagiava nas Rádios Bahia e Cultura, fiz a cobertura do aniversário da chamada Revolução de 64, no Campo Grande. Meu parceiro de reportagem era Álvaro Martins, também imberbe no noviciado radiofônico. Vendo um grupo de estudantes, já mais velhos, que passava, microfone em punho, Álvaro entrevistou os universitários. O resultado foi a catástrofe total. Eles chamaram a festejada e temida Revolução Redentora de quartelada, ditadura e de outras coisas mais. Tudo ao vivo e a

cores, as cores das fardas verde-oliva, que se voltavam com nós.

Sorte danada a minha, e a do colega... O diretor das duas emissoras era o Coronel Lúcio. Militar cioso do seu lugar e poder, ele disse que quem respondia pelos seus repórteres era ele, nosso comandante.

Assim, não fomos ouvidos nem molestados. Tudo morreu no esquecimento.

Depois desse parêntese, voltemos à minha experiência como diretor do Castro Alves.

O teatro passou a produzir alguns espetáculos, especialmente montagens teatrais com atores baianos e shows de música popular, reunindo compositores e intérpretes da terra. Como o verão levava para essa casa de espetáculos o público local e uma grande quantidade de turistas, criou-se a temporada que apelida-

mos de “Festa de largo”. No saguão do teatro, barracas projetadas pelo pintor e cenógrafo J. Cunha reconstituíam o ambiente dos festejos de rua que se tornaram uma característica do viver baiano. No jardim localizado sobre o saguão do teatro, foram montados pequenos shows que iam até a madrugada. Um grande espetáculo teatral que produziu abriu a temporada de verão, *A Morte e a Morte de Quincas Berro D’Água*, direção e adaptação de João Augusto da clássica narrativa amadiana.

Se, por um lado, fiz coisas boas, por outro lado, cometi erros, aceitei birras e brigas – e, depois de ganhar uma pedra no rim (que os médicos lapidaram como litíase renal), fechei a cena sendo demitido do cargo pelo mesmo professor Fernando Perez, aquele que impediu que me fosse

concedido, em 1972, o prêmio de ensaio da Universidade Federal da Bahia (ver páginas 32-33). Ele havia assumido o comando da Fundação Cultural do Estado, à qual o Teatro passou a ser subordinado.

Motivo da demissão: “desvio e exaurimento de receita pública”. Como cabia à direção do TCA arbitrar as cobranças de taxas, a dispensa para realização do espetáculo *Os doces bárbaro* – reunindo os baianos Gilberto Gil, Gal Costa, Caetano Veloso e Maria Bethânia – foi o motivo usado para a acusação. Como resposta, o Tribunal de Contas do Estado, em decisão unânime, refutou a decisão, considerando-a descabida e improcedente.

Apagam-se as luzes da ribalta.
Pano rápido.

* * *

Retomemos então o fio do relato e dos acontecimentos, seguindo a cronologia e pinçando fatos que podem ser importantes. Entre os sete títulos de trabalhos publicados em 1980, o artigo “Sobre o conto e o poema: a contribuição da crítica”, veiculado no *Minas Gerais Suplemento Literário* do dia 11 de outubro de 1980, merece ser destacado por ter servido de motivação para uma série de depoimentos intitulada “Situação do moderno conto brasileiro”. O *Minas Gerais*, que na época era o mais importante suplemento do país, convidou-me a voltar ao tema, como depoente do “Situação do moderno conto brasileiro (VIII)”, no dia 4 de julho de 1981.

Enquanto isso, o ensaio *Tensão e dialética na lírica camoniana* era reproduzido pelo Setor de Literatura Portuguesa da UFBA, como

texto de apoio aos estudantes. Ademais, publiquei alguns trabalhos articulando literatura e psicanálise e participei da mesa redonda “O modo da fantasia na produção literária” durante a 33^a Reunião Anual da SBPC.

Em 1982 publiquei no *Minas Gerais Suplemento Literário* textos como “Da presença de Eros na poesia romântica” e “O desatino e a lucidez da criação: Fernando Pessoa e a neurose como fonte poética”, este último resultante de uma comunicação ao IX Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa, onde também coordenei a mesa redonda “Estudo correlacionado da teoria literária com as literaturas portuguesa e brasileira”, com participação de Nelly Novaes Coelho, Regina Zilberman, Vilma Arêas e Lígia Cademordori.

Foi nessa época que conheci a professora Nelly Novaes Coelho, que viria a ser a orientadora da minha tese de doutoramento na USP, intitulada *O espaço de transgressão: por uma teoria do texto poético em Fernando Pessoa*, concluída em 1989.

Mesmo saltando os anos, cortando fatos para abreviar o relato, não devo esquecer de mencionar a criação da revista *Qvinto Império*, em 1986. Dois ou três anos antes, quando fui convidado pelo Doutor Hélio Simões para integrar o Centro de Estudos Portugueses, deslocado da UFBA para o Gabinete Português de Leitura, nosso velho Catedrático de Literatura Portuguesa me pediu para esboçar o projeto de uma revista sobre os estudos vieirenses; sonho que ele acalentava desde que trouxe Hernani Cidade para aqui preparar

a edição da defesa do Padre Antonio Vieira perante a Inquisição.

Como doutor Hélio queria que eu fosse também o editor da revista, recusei a escolha, por não me sentir qualificado para editar uma publicação temática dessa natureza. Sugeri, em contrapartida, publicarmos uma revista que lembrasse a obra do Padre Antonio Vieira, mas tivesse como tema a lusofonia, enquanto conjunto de práticas culturais.

Foi assim que propus a criação de *Qvinto Império, Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa*. O título contemplava as ideias de Vieira e, através da vertente messianismo/sebastianismo, se mantinha ligado ao imaginário popular brasileiro.

Tracei não só a linha editorial da revista quanto o projeto gráfico, que é parcialmente mantido até hoje.

Escrevi para intelectuais do Brasil, de Portugal, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe.

O primeiro número saiu em abril de 1986, com um conselho editorial constituído por Jorge Amado, Hélio Simões e por mim. Foram publicados os textos dos estudiosos que atenderam ao nosso apelo, até a data de fechamento da edição: Agostinho da Silva, Antonio Celestino, Francisco Ferreira de Lima, Hélio Simões, Ildásio Tavares, Jorge Amado, Jorge Fernandes da Silveira, Leodegário A. de Azevedo Filho, Malheiro Dias, Massaud Moisés, Raymundo Faoro, Regina Zilberman e Rosa Virgínia Mattos e Silva.

O texto de Jorge Fernandes da Silveira, “Portugal, África e *Poesia 61*: Notícia do ano em que o Império começou a ruir”, resultado da sua tese de doutoramento, se encaixava

como uma luva no primeiro número da revista. Por isso mesmo, abria a publicação, sendo seguido pelo artigo de Agostinho da Silva, “O Império do Passado e do Futuro”. Além desses dois textos vinculados ao nome da publicação, eu assinava o editorial “Um título polêmico”, ressaltando a conotação conservadora que poderia assumir em Portugal e o sentido popular e revolucionário possível no Brasil.

O segundo número da revista só foi publicado em 1989. Tendo me afastado do Gabinete Português de Leitura, os números posteriores passaram a ser editados por José Carlos Sant’Anna.

Foi nesse mesmo ano de 1989 que concluí minha tese de doutoramento, *O espaço de transgressão: Por uma teoria do texto poético em Fernando Pessoa*. Na lista de pu-

blicações desse ano, aparecem dezesseis títulos, entre os quais “Gaibéus, de Alves Redol: Romance ou documento de denúncia”, no *Minas Gerais Suplemento Literário*, “Poesia e conhecimento em Fernando Pessoa”, em *Quinto Império*, “Alexandre Pinheiro Torres e a crítica neorrealista”, na *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, “Fernando Namora: da solidão humana ao drama social”, no *Minas Gerias Suplemento Literário*, e “Neurose e criação artística em Fernando Pessoa”, no suplemento cultural do jornal *A Tarde*.

Continuei publicando em revistas e suplementos literários, até que, em 1994, realizei uma ideia que vinha sendo amadurecida: escrever sistematicamente um artigo de crítica literária por semana, através de um trabalho de integração do saber pro-

duzido na Universidade com a comunidade responsável pela manutenção dessa mesma Universidade.

Nascia a coluna “Leitura Crítica”, publicada todas as segundas-feiras no Caderno 2 do jornal *A Tarde*. Inicialmente, se chamava “Livros & Ideias”, como referência à seção “Homens & Obras”, assinada por duas décadas, no mesmo jornal, pelo crítico Carlos Chiacchio.

Cento e noventa e seis artigos foram publicados em “Leitura Crítica”, de 19 de setembro de 1994 a 9 de novembro de 1998, quando suspendi temporariamente o trabalho, para uma avaliação e decisão de rumos e novas diretrizes.

Como a seção “Leitura crítica” não contemplava especificamente a Literatura Portuguesa, mas a Literatura Brasileira, Baiana e, eventualmente, livros estrangeiros (inclu-

sive portugueses) publicados no Brasil, tive que dedicar menos tempo à pesquisa universitária na área dos estudos portugueses e mais tempo à leitura dos livros recém-lançados.

Creio que o saldo desse trabalho foi muito significativo, não só pelos resultados práticos, mas também por representar um posicionamento acadêmico dentro de uma etapa da crítica literária no Brasil. Desde que Afrânio Coutinho voltou dos Estados Unidos, impressionado pela chamada “leitura cerrada” e pelo rigor estrutural do *New Criticism*, tratou de abrir fogo contra a crítica breve feita nos jornais. A “brigada ligeira” perdeu prestígio para os estudos de grande fôlego que passaram a orientar as teses universitárias.

Como tenho um pé na academia e outro na estrada – dividido pela for-

mação universitária, de um lado, e, do outro lado, pela tentativa de partilhar esta formação com o público através dos jornais, – sempre suspeitei da posição radical do crítico baiano. É verdade que o resenhismo dos nossos jornais poucas vezes tem o que ver com a crítica literária, mas o mesmo pode ser dito de inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado, lançadas ao sabor dos ventos que sopram e mordem.

Na prática da crítica de rodapé, ou da crítica jornalística, fiz o possível para demonstrar que ainda hoje podem ser escritos textos breves e de leitura agradável, dizendo o mínimo indispensável sobre uma obra literária. Creio que um estudo de grande vulto, *um livro sobre outro livro*, serve para descobrir coisas até então insondáveis ou para fazer avançar a chamada ciência da lite-

ratura. A crítica de rodapé tem ambições bem mais modestas: quer apenas ser uma intermediária entre o texto literário e o público.

Reunindo textos da coluna “Leitura Crítica” e alguns outros publicados anteriormente, todos sobre autores baianos, saiu em 1996, pelo selo “As Letras da Bahia”, da Secretaria da Cultura, o livro *Triste Bahia, oh! quão dessemelhante*. Esse foi o primeiro conjunto de artigos resultantes do projeto atrelado à crítica de rodapé; um outro livro – organizado pela professora doutora Ívia Alves, a partir dos textos de “Leitura Crítica” – foi aprovado para publicação pelo grupo editorial Record-Bertran-Civilização Brasileira, devendo sair com o último selo (Civilização Brasileira), pelo qual já publiquei dois livros, *Fonte das*

pedras (poesia) e *O espelho de Narciso* (ensaio).

A propósito do trabalho crítico desenvolvido para o jornal, o Professor Doutor Francisco Ferreira de Lima, titular de Literatura Portuguesa da UEFES, desenvolveu um raciocínio que cabe ser retomado aqui, com a transcrição de uma longa passagem do texto. O seu julgamento favorável contribui para os objetivos visados por um Memorial de concurso.

“Tais reflexões me vêm a propósito deste Triste Bahia, oh! quão dessemelhante, o mais recente livro de Cid Seixas. Crítico universitário refinado, com trabalhos de longo alcance, que abrangem as várias dimensões da teoria da linguagem, a poesia de Fernando Pessoa, sem esque-

cer as incursões pelo trovadorismo medieval ou a literatura brasileira contemporânea, Cid Seixas não dispensou, ao longo de sua carreira acadêmica, a intervenção crítica desenvolvida nos jornais. Nele, essas duas modalidades, ao contrário do que aconteceu no Brasil nos últimos tempos, estiveram fraternalmente unidas, como se uma fosse efetivamente o contraponto da outra.

Como se pode ver pelos textos mais antigos presentes neste livro, Cid Seixas dá partida à sua dupla atividade crítica de modo praticamente simultâneo, pois que sua carreira universitária tem início nos meados dos anos setenta. E tal aspecto oferece bons elementos para entender seu caminho de analista de lite-

ratura. Nessa mesma época, quando começa a publicar com alguma regularidade nos jornais, Cid Seixas como que redimensiona a modalidade crítica ali praticada. Ele substitui a ligeireza de que esta padecia por um denso aporte teórico, pondo assim o grande público ante as últimas discussões teóricas travadas na Academia.”

A defesa da crítica de rodapé – e mais do que isso, a sua prática regular por quem se dedicou à vida acadêmica como opção – reitera, ao lado de outros fatos, que acreditar naquilo que se faz na Universidade pode ser também uma forma de aceitar de valorizar *o apelo da vida lá fora.*

Ensinar é aprender com os outros. É nesse momento de crise do suposto saber que percebemos o que não sabemos, surgindo então a necessidade de constante leitura renovadora. Não seria isso a pesquisa?

AS VOLTAS DO TEMPO

Os fatos são simultâneos e múltiplos, a escrita linear. A linha seguida, às vezes, elide sujeito e objeto. Pedro Nava lembra que “é impossível restaurar o passado em estado de pureza. Basta que ele tenha existido para que a memória o corrompa com lembranças superpostas”.¹

Nesse jogo de espelhos, voltemos no tempo, ou tentemos inserir na linearidade da escrita as voltas do

1 NAVA, Pedro: *Balão Cativo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, p. 192.

tempo, retomando, aqui e ali, fatos elididos, fragmentados ou interrompidos.

Logo no início do item precedente deste relato – “O apelo da vida lá fora” – foi destacado o fato do meu caminho acadêmico estar marcado, ou ter sido tomado pelo contexto sociocultural do sujeito. Tal imbricamento não resulta de um esforço formal nem de uma postura metodológica conscientemente assumida desde o início, mas de uma constância que se delineou como consequência da prática.

Pesquisa, ensino e extensão são faces ou ângulos de um mesmo todo, não porque a tríade vem exaustivamente enumerada pelo pão nosso de cada discurso, mas porque o trabalho sempre leva a esse imbricamento.

O ensino tem sido o ponto de partida de todo percurso acadêmico.

Quando iniciada a atividade docente, pensamos que o que sabemos é o suficiente para ensinar. O pouco satisfaz. Mas, enquanto ensinamos, estamos, de fato, aprendendo o que não sabemos. Ensinar é aprender com os outros. É nesse momento de crise do suposto saber que percebemos o que não sabemos, surgindo então a necessidade de constante leitura renovadora. De ir buscar nos livros e na troca de experiência a resposta – ou, pelo menos, outras perguntas – para as mesmas indagações. Não seria isso a pesquisa? A tentativa de segurar um objeto, do qual, quanto mais nos aproximamos, mais ele nos escapa das mãos. Todo ensino, quando se torna, de fato, ato de aprender ensinando, é pesquisa. A extensão, por sua parte, é o abandono da imanência, da autossuficiência institucional. A percepção da

importância daquilo que recebemos lá fora e a tentativa de retorno, de reciprocidade, de prestação de contas – do que fizemos e do que fazemos com o que nos foi e nos é confiado – à sociedade que mantém o nosso labor.

Mas há uma distância entre o que pensamos estar fazendo e o que, de fato, fazemos. Voltemos, então, ao discurso em primeira pessoa, ou ao relato circunstancial.

É verdade que, numa avaliação formal, seguindo os ditames protocolares, minhas atividades de ensino e pesquisa não se ampliam na extensão. O protocolo acadêmico avalia sua produtividade através da inscrição em formulários restritos ao circuito dos documentos administrativos.

Muito embora exista uma visível ligação de tudo que tenho feito na

Universidade com o que chamei de “a vida lá fora”, nunca vinculei essa prática à sua inscrição nos órgãos de extensão universitária, como forma de obter atestados e engrossar o lixo da papelada curricular. Somente agora é que o relato rememorativo e necessário aos fins pretendidos reitera o elo aos poucos perdido.

A academia, como qualquer outra congregação social, é composta por rituais que incluem na sua celebração passos e gestos redundantes. Excluí-los pode implicar no não reconhecimento do ritual pelo espectador judicativo; e até mesmo pelos atores. Daí a verbalização de uma evidência, como complemento ritualístico.

Ao me dedicar ao projeto “Leitura Crítica”, senti necessidade de estudar as relações entre a crítica literária e o jornalismo cultural, apro-

fundando as leituras formativas. Em consequência, orientei teses e dissertações nas áreas de literatura e de jornalismo, ministrei cursos na pós-graduação como a disciplina “Historiografia e crítica”, ou os “Seminários Avançados I” e “Seminários Avançados III”, nos cursos de Mestrado e Doutorado, refletindo com os estudantes o trajeto da crítica literária.

Percebi que, mesmo entre os graduados em Letras (alguns deles, professores universitários de literatura) havia mais interesse pelos artigos críticos breves do que pelos textos corpulentos, onde a teorização ostensiva permeia o enfoque da obra literária.

Tudo isso serviu para a adequação dos textos de “Leitura Crítica” ao gosto do leitor e ao espaço jornalístico. É verdade que, às vezes, es-

sas pequenas pedras só adquirem sentido pleno quando compõem um mosaico, mas, por outras vezes, o sentido de cada uma justifica o garimpo. O ideal é conseguir um texto aparentemente simples, no qual os andaimes teóricos sejam retirados depois da construção, oferecendo ao leitor uma fruição leve; e permitindo ao especialista perceber o fundamento do enunciado, sem repetir a exaustão dos labirintos percorridos. Claro que não é possível atingir essa meta em todos os escritos, mas o retorno obtido através de alguns deles justifica o esforço.

Curiosamente, um ano depois de publicar um texto semanalmente, na coluna “Leitura Crítica”, de 19 de setembro de 1994 a 18 de setembro de 1995, percebi que a fascinante emboscada em que se convertera o trabalho crítico tinha me tornado

mais improdutivo perante a Academia. De quase cinquenta trabalhos produzidos nesse período de intensa reflexão, apenas quatro interessavam aos relatórios acadêmicos ou aos bancos de dados curriculares de órgão como a CAPES e o CNPq: um artigo crítico publicado na revista *Colóquio Letras*, de Lisboa, duas comunicações a congressos e uma publicação acadêmica de material didático. Todo o esforço empreendido na produção de 46 pequenos artigos – na verdade, exercícios de síntese e de busca de simplicidade – de crítica literária e o conseqüente repensar dos seus fundamentos teóricos, nada valem para os mecanismos de avaliação da produtividade universitária.

Apenas publicações em revistas indexadas ou comunicações a eventos científicos contam. Publicações em jornais ou em suplementos lite-

rários – mesmo realizadas por profissionais de literatura – não passam de mera vulgarização descartável do saber.

O exemplo pode servir de termômetro, bem como evidencia os riscos de trabalhos que, mesmo rigorosamente sustentados em critérios aceitos pela academia, fogem ao roteiro protocolar.

Mas seria este o momento de levantar tais questões? Sim, na medida que o questionamento significa a afirmação de um caminho escolhido com determinação e crença, ou melhor, hipótese metodológica que ele conduz o caminhante ao lugar pretendido.

Produzir, em textos breves, pequenas sínteses do que tenho a dizer tem sido um dos caminhos encontrados para partilhar o resultado do trabalho acadêmico. Embora a academia

exija, constantemente (pelo menos nos formulários oficiais), originalidade e saber altamente qualificados, os antigos já diziam que *“nullum est iam dictum quod non sit dictum prius”*.

O pouco que percebemos pode ser melhor compartilhado se dito de forma menos pretensiosa. Intercalar obras acadêmicas de maior monta com textos breves e ágeis conduz ao equilíbrio da pluralidade e à adequação entre forma e conteúdo. Pretendo voltar a insistir nessa tarefa de construir uma ponte entre a o estudo da literatura na Universidade e fora dela; já agora despertando o interesse de outros colegas da academia. Ao interromper o trabalho da coluna “Leitura Crítica”, venho discutindo com os parceiros de angústias e dúvidas, como intensificar tal trincheira.

Observando a necessidade de atenuar a natureza perecível do texto de jornal e de transformar as pequenas pedras num mosaico maior, a professora doutora Ívia Alves selecionou parte dos artigos publicados nos quatro anos de “Leitura Crítica” para integrar uma coletânea a ser impressa. O seu texto introdutório, reproduzido no final deste volume, traz importantes contribuições à nossa discussão.

Tudo isso serviu para a adequação dos textos de "Leitura Crítica" ao gosto do leitor e ao espaço jornalístico. É verdade que, às vezes, essas pequenas pedras só adquirem sentido pleno quando compõem um mosaico, mas, por outras vezes, o sentido de cada uma justifica o garimpo.

O ENSINO E A PESQUISA

O ensino tem sido o ponto de partida e a razão da pesquisa, na minha carreira universitária. Não por escolha metodológica ou filosófica, mas pelo prazer de ensinar, de partilhar com o outro o que ouvi adiante ou o que descobri no silêncio da leitura; pelo prazer de encontrar no olhar do outro a resposta a uma indagação constante: a utilidade de um saber não prático (que não opera o milagre dos pães nem fertiliza a ter-

ra) num tempo de injustiça, miséria e degradação do homem.

Uma questão ética se impõe antes de tudo o mais. Sou professor em um país onde milhares de pessoas, iguais a mim, morrem de fome, matam para roubar alguma coisa, são impedidas de acesso ao saber, pelo crescimento das desigualdades. Sou professor neste país, sou pago com o dinheiro que não é dos governantes, mas dessas mesmas pessoas que não sabem dos seus direitos. E eu me pergunto se neste tempo de incompleta justiça, de maus poemas, alucinação e espera, é justo depurar o dito que não pode ser escutado por muitos, cujos ouvidos ouvem mas não escutam, cujos olhos olham mas não veem.

Tentando dividir estas angústias, o ensino tem sido o ponto de partida e a razão da pesquisa, na minha car-

reira universitária. Ao tentar tornar claras algumas ideias para os estudantes, preciso torná-las claras também para mim. Todos os projetos de pesquisa e todas as curiosidades convertidas em investigação tiveram como fim transmitir as respostas aos estudantes e, às vezes, a um auditório mais amplo, através de publicações acadêmicas e não acadêmicas.

Ao assumir as primeiras turmas de Literatura Portuguesa no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, no segundo semestre de 1976, eu era apenas mais um jovem em meio a jovens alunos. Como as duas principais disciplinas da nossa matéria tinham por objetivo um panorama abrangente e impossível de dominar, tive que escolher alguns pontos de sustentação, em meio a oito séculos de estéticas, movimentos e autores. Obras e ten-

dências foram privilegiadas, em detrimento de outras, às vezes, mais importantes, como ocorre em toda escolha.

A Literatura Portuguesa I, desde aqueles dias das minhas primeiras aulas, oferece, no seu programa, uma visão do trovadorismo galaico-português ao arcadismo; ficando por conta da Literatura Portuguesa II estudar o romantismo e os demais movimentos, escolas e tendências surgidos a partir daí até a atualidade. Uma tarefa difícil de ser cumprida ao pé da letra.

Além destas duas disciplinas obrigatórias, tive oportunidade de ministrar várias outras, de caráter optativo. Uma sobre o século XVI, outra sobre Fernando Pessoa, uma terceira sobre o século XIX, uma outra sobre a narrativa portuguesa e por aí adiante.

Em 1981 ministrei o primeiro curso na pós-graduação, Literatura Portuguesa XXI, disciplina do Mestrado em Letras, em substituição ao Professor Hélio Simões. O programa contemplava a lírica moderna.

Se no início da carreira docente as disciplinas optativas e, em seguida, as de pós-graduação eram as preferidas, hoje tenho predileção especial pela Literatura Portuguesa I.

Como as optativas e as disciplinas de pós-graduação representavam prestígio para os docentes, além de indicativo de uma identidade entre a pesquisa conduzida e o conteúdo ministrado, todo professor inseguro queria se segurar à tábua flutuante. Assim, as disciplinas obrigatórias ficaram legadas aos “menos brilhantes” e aos substitutos.

Não lembro quanto tempo levei para descobrir a importância dessas filhas quase bastardas de uma família tradicional, as disciplinas obrigatórias de currículo mínimo. A Literatura Portuguesa I me atrai, em primeiro lugar, porque encontramos um alunado recém chegado à Universidade, ávido de conhecimento e ainda não vencido pelos vícios do faz de conta que depaupera o ensino universitário. Em segundo lugar, porque a programação do curso de Letras contempla momentos essenciais – como a Idade Média e o Renascimento – para a constituição da cultura brasileira. Não apenas a Literatura Brasileira, mas toda a cultura do nosso povo, podem ser vislumbradas, em embrião, através do estudo desses momentos da Literatura Portuguesa.

Creio que a procura das marcas, esmaecidas pelo tempo, tem atraído os estudantes e despertado a atenção pela Literatura Portuguesa. Encontro, finalmente, um elo forte entre o nosso objeto de estudo e o interesse dos alunos. É no início da graduação que podemos começar o trabalho que, um dia, se desenvolverá na vida do profissional.

Enfim, creio que, só agora, cheguei ao lugar por onde deveria ter começado. Por onde devo recomeçar. O concurso público para Professor Titular, ultrapassada a marca dos cinquenta anos de idade, quando muitos se aposentam, é um recomeço de percurso, corrigidos os desvios e enlarguecida a estrada.

Visto o ensino como ponto de partida e de chegada, passemos ao meio, à pesquisa, antes de chegarmos ao fim.

No item precedente, já nos detivemos, talvez em demasia, nos pressupostos e resultados do trabalho com a crítica literária. Por ser o mais recente deslumbramento, até a razão reflete o gosto. Passemos então a um exame do que foi feito em outros sítios.

Meu primeiro projeto de pesquisa, sobre “Linguagem e Literatura”, iniciado em 1977, só foi inteiramente abandonado dez anos depois, pela ramificação do interesse em novos desdobramentos: literatura e cultura, semiótica e cultura, literatura e psicanálise. Seu resultado mais importante foi a minha dissertação de mestrado (1979), transformada no livro *O espelho de Narciso: linguagem, cultura e ideologia no idealismo e no marxismo*, publicado em 1981 pela Editora Civiliza-

ção Brasileira e pelo INL – Instituto Nacional do Livro.

Devo a escolha do tema ao fato de ter tido a oportunidade de ensinar Literatura Portuguesa, logo após a minha admissão ao mestrado. O projeto inicial de dissertação consistia numa análise da linguagem do trovadorismo nordestino, a literatura de cordel, sob o ponto de vista da dialetologia – na época, amplamente estudada na UFBA – ou da sociolinguística – objeto das discussões mais atuais dos anos setenta.

Quando comecei a ensinar literatura, senti necessidade de explicar o texto aos alunos, tanto a partir da sua construção linguística, quanto do contexto. Estávamos em plena lua de mel com o estruturalismo, quando a decifração dos códigos superpostos no texto constituía o centro de interesse. Ao mesmo tempo que

a abordagem linguístico-estrutural me fascinava, aumentava a suspeita que a análise das formas da expressão do discurso não contemplava a literatura como um todo. Mas como afirmar uma ideia que ia na contra-mão momentânea da história?

Sempre gostei de caminhar contra o vento, embora a areia ameace ferir os olhos. Ainda hoje, desconfio das modas avassaladoras que anulam tudo o mais. A obra literária, antes lida com lentes múltiplas, como as da sociologia, da psicologia, da história, da biografia, do marxismo etc., com o advento do estruturalismo passou a ser lida com as lentes da linguística, as “legítimas”. A adoção de uma ciência como piloto ou como determinante de todos os estudos humanísticos me parecia uma redução. Se antes, o predomínio de qualquer viés, em detrimento da busca

totalizante, tinha se mostrado empobrecedor, o mesmo poderia ser pensado com relação à ciência da linguagem.

Mas a linguagem encerra em si a totalidade do mundo – formas e conteúdos. Toda realidade humana é uma realidade feita de palavras. Barthes invertia a perspectiva de Saussure, submetendo a vislumbração da ciência geral dos signos ao império linguístico. Como então retirar a literatura, que é uma das ciências da palavra, deste sacro-romano império?

Creio que fiz o mais certo, entreguei-me por inteiro ao estudo da linguística. Somente conhecendo um pouco o seu feitiço, deixando-me enfeitiçar até o abandono, poderia ser desenfeitiçado.

Assim, mais apropriadamente do que antes, pude responder onde ter-

minava o texto linguístico e começava o literário. Ou melhor: o texto visto pela linguística e aquele vislumbrado pela literatura.

Foi a partir desse salto que em 1980, já professor concursado com tempo integral e dedicação exclusiva, apresentei o projeto intitulado “Análise contrastiva das formas do conteúdo do signo poético e do signo linguístico” e orientei a bolsista Sandra Oliveira do convênio UFBA-MEC-DAL.

Também em 1980, o Departamento de Vernáculas aprovou, em reunião do dia 17 de setembro, e a COPERT, em 26 de novembro, o projeto de pesquisa para docente em tempo integral e dedicação exclusiva “O espaço de transgressão: a literatura como redimensionadora das formas do conteúdo da cultura”. Alguns trabalhos foram publicados, e

orientei a estudante Alzira Portela em bolsa UFBA/MEC-DAL, no ano de 1981. Foi também a partir desse projeto que nasceu, anos depois, minha tese de doutorado, defendida na USP em 1989, *O espaço de transgressão: Por uma teoria do texto poético em Fernando Pessoa*.

Simultaneamente, passei a trabalhar numa investigação intitulada “Semiologia da cultura”, projeto apresentado ao Departamento de Letras Vernáculas da UFBA no primeiro semestre de 1982. Resultou em publicações de artigos e no volume *Universo simbólico e realidade social. Por uma semiologia da cultura*, reproduzido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia para ser usado como material do curso, sob o mesmo tema, ministrado pelo autor. Resultou ainda no livro *O que é semiótica*, anunciado para publica-

ção pela Editora Brasiliense, na coleção Primeiros Passos. Infelizmente, depois da aprovação do livro e do anúncio do seu lançamento, um conselheiro editorial ligado à PUC de São Paulo recomendou substituir o trabalho, já no prelo, por um outro, de uma docente da pós-graduação em Comunicação e Semiótica daquela universidade.

Da semiótica, o meu interesse resvalou ainda para a psicanálise. A convivência com psicanalistas que constituíram no Brasil as primeiras instituições inspiradas por Jacques Lacan, bem como, anos depois, as disciplinas de psicanálise que cursei na pós-graduação do Instituto de Psicologia da USP, serviram de sustentação para um trabalho que foi aos poucos se esboçando.

“Linguagem e psicanálise” é o título do plano de pesquisa sobre os

limites epistemológicos da psicanálise, com ênfase nas suas relações com a língua e a literatura. Resultou em alguns artigos, palestras e cursos. Em 1980, sob a liderança de Jairo Gerbase, um grupo, formado por Wendel Santos, Gustavo Etkin, Maria Angélica Teixeira e outros, tentou estabelecer um centro de estudos freudiano e introduzir a psicanálise na UFBA. Como participante do grupo, ministrei um curso de extensão oferecido pelo Departamento de Psicologia desta universidade. Apresentei, ainda, um trabalho sobre o tema à 33ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em julho de 1981, e proferi palestra sob o tema “Do *Projeto de 1895* a *O Inconsciente*”, no seminário Freud 1939-1989, organizado por Gustavo Etkin e promovido pelo Consulado da Áus-

tria. Em 1997, a Fundação Casa de Jorge Amado publicou na Coleção Casa de Palavras um livro resultante desta pesquisa, *O lugar da linguagem na teoria freudiana*. A primeira parte é inteiramente dedicada à psicanálise, mas nos seis capítulos da segunda parte procuro aplicar seus conceitos à investigação na área da Literatura Portuguesa.

Se a literatura produzida na Bahia era motivo de artigos e ensaios desde os tempos de jornal, ela começa a despontar em meio à minha atividade acadêmica através de um ensaio sobre Castro Alves, talvez o meu primeiro texto a explorar as relações entre a literatura e a psicanálise. De Castro Alves passei a outros autores, nascendo assim, em 1988, o plano de pesquisa intitulado “Tradição e ruptura na produção literá-

ria na Bahia nos séculos XIX e XX”. Como uma preocupação puxa outra, estes estudos vieram a desembocar no projeto sobre crítica, tanto que os estudos críticos reunidos em livro em 1996 estão centrados na literatura local. Nasceu assim o livro *Triste Bahia, oh! quão dessemelhante. Notas sobre a literatura na Bahia*.

No mesmo ano de 1988, em que dava forma aos estudos sobre a literatura baiana, com a morte do Professor Hélio Simões, nosso antigo catedrático de Literatura Portuguesa, propus um encontro sistemático de professores da área, nascendo assim a AEPHS, Associação de Estudos Portugueses Hélio Simões, sediada no prédio da Biblioteca Central da UFBA. A associação reunia parte do acervo bibliográfico do mestre e parte substancial dos seus do-

cumentos acadêmicos. Em 1990, convidei o grupo de colegas reunidos na Associação para integrar o projeto “Estabelecimento de um corpus básico para a iniciação ao estudo da Literatura Portuguesa”. Ao lado dos professores Francisco Ferreira de Lima, Maria de Fátima Souza Brito e José Carlos Sant’Anna enviamos um projeto coletivo ao CNPq, propondo como um dos principais resultados práticos do trabalho a constituição de uma seleta de textos a serem postos em circulação através do circuito de editoras universitárias. No parecer de avaliação, o apoio foi negado sob o argumento de que já havia muitas seleções de textos disponíveis. Continuei então, sem o concurso dos outros docentes, desestimulados pela negativa, a aprofundar a ideia e a fazer as leituras previstas. Como vinha orientan-

do a bolsista de Aperfeiçoamento do CNPq Eneida Santana num outro trabalho, transferi sua atuação para o redimensionamento do frustrado projeto coletivo. No IV Seminário de Pesquisa da UFBA tivemos oportunidade de apresentar um relato detalhando os rumos da investigação.

Desfeita a possibilidade de um projeto coletivo ou integrado, fui concentrando a atenção em recortes mais delimitados, nascendo então o projeto “A poesia portuguesa no final da Idade Média (Aspectos da sua ressonância na lírica brasileira)”. Resultou numa seleção de textos comentados, reproduzida para uso dos estudantes do curso de graduação em Letras da UFBA, bem como na apresentação do trabalho intitulado “A poesia portuguesa do século XV: texto recorrente (e olvidado) da lírica brasilusa”, como co-

municação ao XV Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa, realizado em outubro de 1994, no campus de Assis da UNESP.

Paralelo a esses estudos comparados entre literatura brasileira e portuguesa, persistia a velha ideia contida na proposta de “Estabelecimento de um corpus básico para a iniciação ao estudo da Literatura Portuguesa”. Observando a necessidade de recortar o universo de textos visados, a proposta inicial evoluiu para a constituição de um “Banco de Textos da Literatura Portuguesa Medieval”, tema e título do projeto aprovado pelo Departamento de Letras Vernáculas em outubro de 1994. Os primeiros passos do trabalho foram relatados em comunicação apresentada à sessão temática “O ensino da literatura: problemas e perspecti-

vas”, durante o IV Seminário de Estudos Literários, realizado em outubro de 1994, no campus da UNESP em Assis, paralelamente ao XV Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa. Resultou na edição de um caderno de Textos Literários, para uso dos estudantes da disciplina Literatura Portuguesa I, além do livro ainda inédito *O trovadorismo galaico-português*, submetido ao Departamento de Letras Vernáculas para integrar a coleção “Pré-Textos”, da EDUFBA, Editora da Universidade Federal da Bahia.

Um “Banco de Textos da Literatura Portuguesa Clássica”, compreendendo o Renascimento, o Barraco e o Arcadismo, está em fase inicial. Representando um seguimento do material do projeto anterior, deverá

ser desenvolvido durante dois ou três anos.

Embora alguns textos da fase medieval e uns poucos da fase clássica já estejam digitados e armazenados em CD, necessitam de um tratamento adequado para a constituição de um banco de dados acessível a partir de entradas diversas como nome do autor, tema, primeiro verso, palavras-chave etc.

OS LIMITES DA MEMÓRIA

Convém não alongar demasiadamente o relato do que foi feito e produzido durante a minha carreira universitária, deixando espaço para a análise da pesquisa acadêmica e seus resultados, por parte de quem avalia.

Nos volumes subsidiários *Documentos de comprovação de atividades* e *Recolha Aleatória de Textos*, onde constam papéis de natureza comprobatória, usuais em concursos acadêmicos, dei ênfase a algumas

reproduções de textos publicados, em detrimento às cópias de atestados, certificados, frontispícios, folhas iniciais de publicações e outros papéis. Com a reprodução de alguns textos, em lugar da simples comprovação, pretendi assegurar uma visão incompleta, mas panorâmica, da produção referenciada no *Memorial* e listada exaustivamente no *Curriculum Vitae*.

Não obstante essa mostra de uma parte do que foi escrito, julgo conveniente, no período do Concurso, colocar à disposição da Banca Examinadora, na Secretária do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, todo o material publicado que tenho em meu poder: Livros, revistas e recortes de jornais e suplementos literários.

Como o número de artigos publicados é bastante significativo, foto-

copiá-los, na totalidade, seria uma tarefa de difícil execução. As páginas das publicações, especialmente de jornais e suplementos literários, não correspondem ao tamanho das páginas usadas em material encadernado como este. Reproduzir apenas o título de cada um dos artigos, ou a folha inicial, seria um tanto redundante, pelo que preferi a solução aqui adotada.

Por outro lado, julguei também desnecessário fotocopiar os livros publicados, em seis vias, conforme o estipulado pelo edital de abertura do Concurso, para alguns itens. Isto tornaria o material ainda mais pesado. Fotocopiando as capas e partes comprobatórias, atendi ao dispositivo legal.

No presente volume, como segunda parte do Memorial, ou como uma espécie de anexo, apresento uma

breve seleção de textos sobre a Literatura Portuguesa, permitindo que a avaliação a que me submeto não fique circunscrita à ótica da minha narração, mas ofereça subsídios à perspectiva isenta de quem lê a amostra.

Como narrador envolvido e interessado no destino do protagonista do Memorial posso perder a objetividade e retorcer o viés. A memória, às vezes, ou melhor, quase sempre, recupera os fatos rescrevendo, substituindo o que aconteceu pelo que deveria ter acontecido.

Mesmo fazendo o esforço possível para ser objetivo e sustentando o relato em testemunhos de terceiros, a condução do foco é ainda subjetiva. Creio que um apanhado breve de textos produzidos e publicados em momentos diversos fala melhor do que o meu próprio discurso retros-

pectivo, porque permite a avaliação dos defeitos e das qualidades sem que o desejo presente no meu relato interfira indevidamente.

Este Concurso Público tem um significado especial por ser o primeiro que se realiza, na história da Universidade Federal da Bahia, para Professor Titular de Literatura Portuguesa. A antiga Cátedra da disciplina foi instituída em 1941, com a criação do Curso de Letras. A convite do fundador da nossa Universidade, Reitor Edgard Santos, a titularidade da mesma foi ocupada pelo Professor Hélio Simões, Livre Docente e Catedrático Interino de Neurologia da Faculdade de Medicina da Bahia.

Poeta e participante da geração “Arco & Flexa”, responsável pela introdução dos primeiros ecos modernistas na Bahia, Hélio Simões

transferiu-se da tradicional Faculdade de Medicina, a mais antiga do Brasil, para a recém-fundada Faculdade de Filosofia. A Faculdade de Medicina da Bahia, resultante do Colégio dos Cirurgiões, criado com a vinda da família real para o Brasil, funcionava no prédio do antigo Colégio dos Jesuítas, no Terreiro de Jesus, lugar emblemático, onde o Padre Antônio Vieira fez toda sua formação intelectual.

Depois das Cátedras de Literatura Portuguesa de São Paulo e do Rio de Janeiro, surgiu a da Bahia, estando o Professor Hélio Simões entre os pioneiros dos estudos portugueses no nosso país.

Por aqui passaram, como professores convidados e companheiros de ensino do nosso velho Catedrático, Hernani Cidade, Adolfo Casais Mon-

teiro, Eduardo Lourenço e muitos outros portugueses ilustres.

O Professor Hélio Simões representou uma página importante na história das relações luso-brasileiras. Ocupou a cadeira de Literatura Portuguesa desde a criação da mesma, quando ainda era um jovem, na casa dos vinte anos, até a sua aposentadoria compulsória, aos setenta, em 1981.

Abre-se agora, pela primeira vez, um Concurso Público para preenchimento desta Cadeira. Bem verdade que não mais a mesma Cátedra dos tempos de antanho. Os velhos catedráticos foram substituídos pelos Titulares, designação menos carregada de tradições, direitos e deveres.

Embora não seja a mesma Cadeira – a de hoje não mais é reservada a um único estudioso, mas aberta a tantos Professores Titulares quantos

a produtividade do Departamento com porte – minha candidatura representa a possibilidade de ocupar um pouco, e incompletamente, o lugar deixado pelo Mestre Hélio Simões.

Muito ele fez, no que diz respeito a promoção dos estudos portugueses no Brasil. Antecipando-se à nossa Associação de Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa, Hélio Simões criou o Círculo de Estudos Portugueses, com o objetivo de “organizar eventos, promover colóquios referentes ao mundo português”, conforme registo nas páginas 97 a 100 do número 39 da revista *Ocidente*, de Lisboa.

Em 1959 ele coordenou o Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, promovido pela Universidade Federal da Bahia e pela UNESCO.

Encorajado pelos resultados obtidos pelo Colóquio Luso Brasileiro de 1959, ele convocou os estudiosos brasileiros de Literatura Portuguesa para um primeiro Encontro de docentes. Ainda hoje, quando todos nós, professores universitários brasileiros de Literatura Portuguesa, nos reunimos nos tradicionais encontros bianuais, estamos dando continuidade ao ritual criado pelo Doutor Hélio Simões, aqui mesmo na Bahia, no início dos anos sessenta.

Como homenagem ao velho Cate-drático e Titular primeiro nestas terras da Bahia de Todos os Santos, encerro meu relato consignando a poesia e o nome do Professor Doutor Hélio Simões.

Leia-se o poema “Duas cidades”, um momento de aproximação entre Guimarães e Brasília.

DUAS CIDADES

Hélio Simões

Séculos caminharam sobre a pedra.

O muro enegreceu.

*Branca a cidade medra
entre o cerrado e o céu.*

Guimarães é a pia batismal

e o castelo roqueiro.

*Aqui nasceu Afonso, o príncipe, Primeiro
e ao desígnio de Deus que tudo impele*

nasceu com ele

Portugal.

Séculos caminharam sobre a pedra.

O muro enegreceu...

Brasília é o crisma. Novo

anseio de fé ardendo no planalto,

confirmação de um povo

do seu destino alto.

Branca a cidade medra

entre o cerrado e o céu.

Este livro eletrônico é o sétimo da “Coleção Teal”. O primeiro touxe um diálogo entre Franklin Machado e Guido Guerra intitulado *Feira não perdoa quem não aceita convenção*.

O segundo volume é constituído pela narrativa *O bocado não é para quem faz*, de Euclides Neto, ficcionista da região cacaueira da Bahia.

O terceiro tem como título – *Jorge Amado: Da guerra dos santos à demolição do eurocentrismo*.

O quarto volume é intitulado *A timidez escondida*, contendo um diálogo entre os escritores Guido Guerra e Cid Seixas.

Cyro de Mattos, é o autor do quinto volume, com o livro *Nos tempos do tabuco*.

Três histórias, de Ricardo Brugni-Cruz, é o sexto da série.

O sétimo é este *Memorial*, de Cid Seixas.

MEMORIAL

O texto deste Memorial foi apresentado à banca examinadora do concurso público para Professor Titular de Literatura Portuguesa da Universidade Federal da Bahia, realizado em outubro de 1999. Ao publicá-lo agora, vinte anos depois, em forma de livro eletrônico, o objetivo é deixar registrados os fatos e episódios vividos pelo autor ao longo da sua vida acadêmica.

<https://issuu.com/ebook.br/docs/1memorial>

<http://www.e-book.ufes.br>

<http://www.linguagens.ufba.br>

e-book.br

EDITORA UNIVERSITÁRIA
DO LIVRO DIGITAL